

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. 23079.035961/2019-45

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de extintores de incêndio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	TIPO	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD UASG: 153115 (Rio de Janeiro)	QTD UASG: 153115 (Macaé)	QTD UASG: 153152	QTD UASG: 158221	QTD UASG: 153120	QTD UASG: 160296	QTD TOTAL	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Extintor de Incêndio pó químico	150240	Extintor de Incêndio portátil, multiuso, com 04 Kg de pó ABC (a base de monofosfato de amônia) com teor mínimo de 55% de agente inibidor. Fabricado em aço carbono, com tinta vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação por processo de serigrafia	102	35	30	5	20	100	292	166,36	48.577,12
2	Extintor de Incêndio pó químico	150240	Extintor de incêndio sobre rodas, multiuso, com 20 Kg de pó ABC (a base de monofosfato de amônia) com teor mínimo de 55% de agente inibidor. Fabricado em aço carbono, com tinta vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação adesiva em vinil transparente.. Fornecido com pistola plastica de alta performace e rodas com pneus de borracha maciça de pelo menos 8"de diâmetro	25	3	-	-	-	25	53	1.076,28	57.042,84
3	Extintor de Incêndio água	150240	Extintor de incendio sobre rodas, multiuso, com 75 litros de água potável. Fabricado em aço carbono, com tinta vermelha aplicada interna e externamente por processo eletrostático e rotulação adesiva em vinil transparente.. Fornecido com pistola plastica de alta performace, mangueira com pelo menos 5m de comprimento e rodas com pneus de borracha maciça de pelo menos 12"de diâmetro	25	3	-	-	-	25	53	1.406,91	74.566,23
4	Extintor de Incêndio água	150240	Extintor de incendio sobre rodas, multiuso, com 10 litros de água potável. Fabricado em aço carbono, com tinta vermelha aplicada interna e externamente por processo eletrostático e rotulação por serigrafia	20	9	50	-	10	50	139	124,27	17.273,53

5	Extintor de Incêndio	150240	Extintor de incêndio sobre rodas, com 10 Kg de Dióxido de Carbono (CO ₂). Fabricado apartir de tubo de aço sem costura SAE 1541 tratados termicamente por normatização. Com pintura vermelha aplicada pelo processo eletrostático e rotulação adesiva em vinil transparente. Montado sobre rodas com pneus de borracha maciça de 8" de diâmetro. Mangote de borracha com reforço de trama em aço e difusor injetado em polipropileno com haste de aterramento.	22	4	80	20	-	60	166	1.029,64	170.920,24
---	----------------------	--------	--	----	---	----	----	---	----	-----	----------	------------

1.2. Os extintores devem ser novos, de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.3. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência;

1.4. O quantitativo mínimo para entrega será de 20%(vinte por cento) do quantitativo total.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de materiais e equipamentos para apoio na reconstrução e modernização do Museu Nacional da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

2.2. Como é do conhecimento de todos o incêndio ocorrido no Museu Nacional afetou sobremaneira as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas desempenhadas nesta renomada Unidade da UFRJ.

2.3. Estes equipamentos e materiais serão utilizados na reequipagem das instalações onde o Museu Nacional está operando. A aquisição dos materiais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos participantes, tem por objetivo manter a segurança dos servidores, alunos e prestadores de serviços, bem como a integridade do patrimônio público, além de atender às exigências estabelecidas pelas Normas Técnicas vigentes.

2.4. A escolha do pregão para registro de preços, foi baseado na hipótese prevista no Inciso I e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, considerando que, pelas características dos materiais, deverão ser feitas contratações frequentes, de acordo com a necessidade do MUSEU NACIONAL da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado inicialmente. Assim sendo, a entrega parcelada será adotada para dar suporte à demanda conforme necessário e conforme sejam implementadas novas áreas de atividades fim do Museu Nacional.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos através deste certame são considerados bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir da data da nota de empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

4.1.1. **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115):** Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almojarifado Central.

4.1.2. **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115):** Av São José do Barreto, 764 - Bairro São José do Barreto – Macaé/RJ – CEP: 27965-045;

4.1.3. **Hospital Universitário da UFRJ (UASG 153152):** Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941-913 – horário de entrega: das 7:00h às 15:00h, em dias úteis;

4.1.4. **Escola de Serviço Social (UASG 158221):** Av Pasteur, 250 fundos, campus UFRJ Praia Vermelha, prédio da DE SERVIÇO SOCIAL / UFRJ, Rio de Janeiro RJ CEP: 22290-240 - Almojarifado.

4.1.5. **MEC-Centro Cienc. Mat. e da Natureza da UFRJ (UASG 153120):** Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ – CCMN – bloco D, CEP: 21941-916;

4.1.6. **Comando Brigada Infantaria Paraquedista/RJ (UASG 160296):** Av. Benedito da Silveira, s/nº, Deodoro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.615-000 – Divisão Administrativa da Brigada de Infantaria Pará-quedista – das 9:30h às 11:30h ou das 13:00h às 16:20h.

4.2. A compra será parcelada em quantas vezes forem necessárias, obedecidos os limites mínimos estabelecidos no presente instrumento, devido à necessidade de adequação dos ambientes e do cadastramento necessário, ambos em andamento.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07(sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20(vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia modelo, procedência e prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (tinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem

bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 12.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2019.

Aprovo o presente termo de referência.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2019.

André Esteves da Silva
Pró-Reitor de Gestão e Governança